

PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO EM ARAÇOIABA E IPOJUCA

Caroline da Silva Cavalcanti- UFPE – carol_silva5@hotmail.com

Danila Vieira de Melo – UFPE - danilamelo@hotmail.com.

Ana Lúcia Felix dos Santos – UFPE - analufelix@gmail.com

Introdução

O atual Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 em seu artigo 8º determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam elaborar seus planos de educação, ou adequar estes já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE num prazo de até um ano depois de sua publicação. O estado de Pernambuco e seus 185 municípios em sua totalidade cumpriram o prazo e as respectivas leis foram sancionadas, segundo dados do Ministério da Educação (MEC). No entanto, questionamo-nos: como de fato ocorreu o processo de elaboração desses Planos Municipais de Educação (PMEs) nos municípios?

Para responder a esse questionamento, a pesquisa objetivou conhecer e analisar o processo de construção e implementação dos PMEs em dois municípios de Pernambuco: Araçoiaba e Ipojuca. Discutimos o planejamento da educação como elemento da política educacional, buscando entender como ele se desenvolve no município e sua relação no âmbito nacional.

A política educacional é o conjunto de interações e ações pelas quais os poderes públicos respondem às necessidades de desenvolvimento cultural e escolarização da população. E, desde que a educação é uma política pública, existe a necessidade de se planejar e de se aconselhar (MONLEVADE, 2004). Planejar, no nosso complexo modelo federativo brasileiro, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de minimizar as desigualdades que são históricas no Brasil. Isso é muito verdadeiro quando nos referimos ao âmbito das políticas de educação brasileira e a questão da qualidade da educação.

Diante da implementação do novo PNE, precisávamos entender de perto o modo que ocorreram as recentes construções dos PMEs, já que suas construções e o modo como as estratégias foram decididas, implicam no cumprimento ou não das metas, ou melhor, nas responsabilidades que os municípios assumiram.

Consideramos o conceito de participação popular relevante para a pesquisa, para averiguarmos avanços e limites na participação efetiva da sociedade relacionadas as proposições do PME e ao seu acompanhamento. Ferreira e Nogueira (2015) entendem que a participação é o princípio do pertencimento da coisa pública. Assim, quando se tem um plano elaborado com a sociedade, a possibilidade de se tornar um plano fictício ou dissociado da realidade local é muito menor. E, para essa participação ser realmente efetiva, os sujeitos precisam estar cientes sobre o plano, de sua real necessidade e potencialidade. Com isso, a capacitação e mobilização são esferas, segundo os autores, levam a um sentimento de pertencimento, que faz com que a política pública seja eficaz e eficiente.

Bem como a participação social, o planejamento envolve um esforço metódico e consciente ao selecionar e orientar os meios e as estratégias para atingir os fins previamente definidos, visando aproximar a realidade do ideal expresso pelo modelo (BRASIL, 2014). Desse modo, também buscamos apreender elementos explícitos nos textos dos PMEs que revelassem estratégias de colaboração e distribuição de recursos que tornaria essa política de planejamento educacional mais viável.

Metodologia

A pesquisa adotou a abordagem qualitativa, usando entrevistas semiestruturadas (MANZINI, 2003) e a pesquisa documental como instrumentos de coleta de dados. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico e as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Assim, trabalhamos com os planos educacionais nos âmbitos (municipal e federal), com o Caderno de Orientações para construção dos PMEs, disponibilizado pelo MEC e com dados de indicadores (IBGE, INEP, Censo escolar) que colaboraram para este estudo.

Inicialmente partimos de uma triagem dentro da Região Metropolitana de Recife e utilizamos os municípios com a menor avaliação no último Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois partimos da premissa que quanto menor o IDH, maior seria a colaboração/articulação proposta em suas estratégias para a efetivação dos planos educacionais. Após determinados os municípios, Araçoiaba e Ipojuca, foi realizado uma busca sobre seus PMEs e o acesso a esses documentos.

A entrevista aconteceu através de um roteiro previamente elaborado com perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa, onde, segundo Manzini (2003), o roteiro também serve como um meio para o pesquisador se guiar no processo de interação com o entrevistado. Foram entrevistados 3 pessoas em cada município que teriam participado da elaboração dos PMEs.

Resultados ou Conclusões

Os resultados da pesquisa revelam que os dois municípios trabalharam na adequação dos seus planos. Araçoiaba possuía um documento elaborado em 2011, porém ele não se tornou lei, pois não foi encaminhado para a Câmara dos Vereadores. Mas, muito do conteúdo do documento antigo foi aproveitado e atualizado o atual. Em Ipojuca já havia um PME (2010-2020), aprovado pela Lei Municipal nº 1.585, de 1º de fevereiro de 2011. Para atender ao disposto no atual PNE, esse município atualizou de fato o seu plano.

O “aligeiramento” na elaboração dos planos municipais também chamou atenção durante esse estudo. O prazo de um ano dado pelo PNE ao mesmo tempo que pressionou uma ação por parte dos municípios, também não pareceu suficiente para os processos que a elaboração de um PME exige. É certo que uma boa parte dos municípios carece de pessoal técnico especializado para realização desse tipo de atividade, o que acabou por interferir nessa tarefa.

No entanto, o município de Araçoiaba, mesmo relatando essa dificuldade do curto espaço de tempo para cumprir as etapas necessárias para a implementação do PME, conseguiu fazer duas conferências públicas, nos dias 24 e 25 de maio de 2015, há um mês do prazo para a aprovação da lei. Já Ipojuca, passou por uma mudança de gestão política que dificultou o processo de discussão do PME.

Sobre a participação, averiguamos em Ipojuca a dificuldade de participação da sociedade de forma plural e ativa no processo de adequação dos Planos e de composição dos segmentos representativos do Conselho Municipal de Educação (CME) e nas Conferências Municipais de Educação. Para Oliveira (2003) os CMEs encontram limitação quer seja pela reduzida amplitude de suas atribuições, quer seja pelo pouco tempo de existência, eles não têm representado, de fato, organismos por meio dos quais se exerça a vontade popular. Já em

Araçoiaba, o CME pareceu ser muito atuante, segundo os sujeitos entrevistados, porém não identificamos como foi a formação e qual a constituição desse conselho.

Referências

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel; NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. Impactos das políticas educacionais do cotidiano das escolas públicas – Plano Nacional de Educação. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, vol.3, num.5, jan-jul, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE: Maria Cristina.; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE, Sadão. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, p. 11-25, 2003.

MONLEVADE, João Antônio. A importância do Conselho Municipal de Educação na elaboração, implantação e acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação. In: **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho**: Caderno de referência. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A municipalização cumpriu suas promessas de democratização da gestão educacional? Um balanço crítico. (In) **Gestão em Ação**, Salvador, v.6, n.2, p.99-106, jul./dez. 2003.